

Para Ancine, audiovisual no país irá recuar após liminar

C4 Ilustrada • 6 de fevereiro de 2016

Para Ancine, audiovisual no país irá recuar após liminar

Empresas de telefonia suspenderam na Justiça contribuição de R\$ 700 mi

Presidência do órgão diz que mais de 300 filmes e 400 séries deixarão de receber verba pública caso a medida impere

Empresas de telefonia suspenderam na Justiça contribuição de R\$ 700 milhões para a Ancine, a Agência Nacional do Cinema. A medida, que impede o recolhimento da contribuição de 0,3% sobre o faturamento das operadoras, pode impedir o financiamento de mais de 300 filmes e 400 séries de televisão. A medida foi tomada após o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) reconhecer o direito das empresas de telefonia de não pagar a contribuição.

Quil e cinco meses depois da decisão do CARF, a Ancine anunciou que não vai pagar a contribuição de 0,3% sobre o faturamento das operadoras de telefonia. A medida foi tomada após o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) reconhecer o direito das empresas de telefonia de não pagar a contribuição.

Quil e cinco meses depois da decisão do CARF, a Ancine anunciou que não vai pagar a contribuição de 0,3% sobre o faturamento das operadoras de telefonia. A medida foi tomada após o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) reconhecer o direito das empresas de telefonia de não pagar a contribuição.

Mais vendidos

FIÇÃO

NÃO FIÇÃO

FIÇÃO

NÃO FIÇÃO

PAINEL DAS LETRAS

MAURO MENEZES

RECUSOS DEVEM

ALTERNAR AS FÉRIAS

Depois do Carnaval, empresas de telefonia suspenderam na Justiça contribuição de R\$ 700 milhões para a Ancine, a Agência Nacional do Cinema. A medida, que impede o recolhimento da contribuição de 0,3% sobre o faturamento das operadoras, pode impedir o financiamento de mais de 300 filmes e 400 séries de televisão.

Quil e cinco meses depois da decisão do CARF, a Ancine anunciou que não vai pagar a contribuição de 0,3% sobre o faturamento das operadoras de telefonia. A medida foi tomada após o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) reconhecer o direito das empresas de telefonia de não pagar a contribuição.

Quil e cinco meses depois da decisão do CARF, a Ancine anunciou que não vai pagar a contribuição de 0,3% sobre o faturamento das operadoras de telefonia. A medida foi tomada após o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) reconhecer o direito das empresas de telefonia de não pagar a contribuição.

Mais vendidos

FIÇÃO

NÃO FIÇÃO

FIÇÃO

NÃO FIÇÃO

que reúne as maiores empresas do setor) ganhou uma liminar concedida pela 4ª Vara de Brasília, que exige suas associadas de recolher a Condecine, contri-buição que abastece o Fundo Setorial do **Audiovisual**. A in-formação foi antecipada pelo jornal "Valor Econômico".

Manoel Rangel, diretor-pre-sidente da **Ancine** (Agência Nacional do Cinema), diz que o órgão pretende cassar a limi-nar na Justiça. Em 2014, as ope-radoras contribuíram com R\$ 702 milhões para a **Ancine** via Condecine. Elas alegam não devem contribuir com uma atividade que não integram.

Folha — Como a **Ancine** pre-tende fazer para reverter essa primeira vitória das empresas? **Manoel Rangel** — A **Ancine** foi surpreendida. Estamos em mobilização máxima pa-rra cassar a liminar no Judiciário e sensibilizar os altos executivos dessas empresas sobre o impacto, que é grave. A ação movida pelo sindi-cato é irrefletida porque não dimensiona os danos a um setor que vive um ciclo vir-tuoso e que tem enfrentado a crise com números positivos.

Qual é o exato impacto dessa liminar sobre o **Audiovisual**?

Uma crise profunda. Nos-sa estimativa é que arrecada-ríamos R\$ 1,13 bilhão com a Condecine Teles neste ano. No ano passado foram cer-ca de R\$ 915 milhões. Essa contribuição corresponde a aproximadamente 80% de tudo o que arrecadamos para o Fundo Setorial do Audiovi-sual e que beneficia o progra-ma **Brasil de todas as telas**.

ENTENDA O CASO

Empresas de telefonia suspenderam na Justiça contribuição de R\$ 700 mi

Presidente do órgão diz que mais de 300 filmes e 400 séries deixarão de receber verba pública caso a medida impere

GUILHERME GENESTRETI DE SÃO PAULO

O governo avalia que mais de 300 longas-metragens e outras 400 séries, entre tele-filmes e programas edu-cacionais, deixem de ser reali-zados com apoio federal ca-so prospere a vitória obtida pelas operadoras de telefo-nia fixa e celular na Justiça.

Na sexta (29/1), o SindiTe-lebrasil (sindicato

Ancine X TELES

O que é a Condecine?

É uma contribuição que banca cerca de 80% do FSA (Fundo Setorial do **Audiovisual**). Desde 2012, as empresas de telefonia fixa e celular respondem por quase 90% da Condecine: a Condecine Teles

O que é o FSA?

Maior mecanismo de fomento ao **Audiovisual** no país é gerido por órgãos como a **Ancine**
Qual o teor da liminar?

O sindicato que reúne as empresas de telefonia foi à Justiça para suspender o recolhimento do Condecine

Caso a liminar seja confirmada, haverá cortes de editais, interrupção de programas?

Não vai haver nenhuma interrupção do que está em andamento, mas isso põe em risco o que foi acordado para a partir do segundo semestre.

Entre o fim de 2014 e o começo de 2015, o programa **Brasil de todas as telas** financiou 306 longas-metragens e 433 séries e telefilmes só em seu primeiro ano, beneficiando 713 empresas, que mobilizaram atores, diretores, técnicos, assistentes de produção.

Foram 2.700 horas de conteúdo nacional independente em 90 canais. É o quanto projetamos que será afetado.

Mas as teles contestam que como elas não integram a atividade econômica do audiovisual, não teriam de contribuir.

O argumento não resiste. Qualquer um que tem celular já o usou para ver vídeo no YouTube, no Whatsapp, ou em provedor sob demanda. O principal tráfego da banda larga nos celulares é de vídeo.

Essas empresas de telefonia também exploram serviços de vídeo sob demanda e **TV por assinatura**. É a parte que obtém maior faturamento do **Mercado Audiovisual**.

Elas também afirmam que a arrecadação serve mais para reforçar o fundo do que fomentar a produção.

É falso. E a prova é o ritmo da atividade **Audiovisual**. A nossa execução orçamentária é de 60%, maior do que qualquer um dos fundos para os quais as teles contribuem.

Recursos devem vir do governo, afirmam as teles

GABRIELA SA PESSOA

DE SÃO PAULO

Responsável pela ação que resultou na suspensão do recolhimento da Condecine, o SindiTeleBrasil, que reúne as operadoras de telefonia móvel, não quis se pronunciar oficialmente sobre o assunto. Procuradas, presidência e jurídico da instituição não comentaram a liminar da Justiça.

Empresários ligados ao setor afirmam que a taxa de 28,5% cobrada das operadoras para o financiamento do **Audiovisual** valor que representa 90% de todos os recursos da Condecine é injusta.

Isso porque eles defen-dem que produção de cine-ma e de TV e telefonia celu-lar são de setores setores distintos. Além disso, não haveria nenhum benefício a usuários e operadoras.

Seria o equivalente, di-zem, a exigir que o merca-do editorial custeasse o saneamento básico. Pa-ra as teles, o governo de-veria financiar o audiovi-sual a partir dos impostos.

O Condecine é cobrado das teles desde 2012, quan-do foram recolhidos R\$ 655,7 milhões. Em 2015, até outubro, o valor arrega-dado foi de R\$ 930 milhões.